



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 46, de 2016 (nº 174, de 27 de abril de 2016, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUÍS ESPÍNOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o agrément do governo desse país.*

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

RELATOR “AD HOC”: Senador CRISTOVAM BUARQUE

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor ANTONIO LUÍS ESPÍNOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 11 de outubro



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

de 1951, no Rio de Janeiro/RJ, filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado. Em 1974, graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1980, concluiu o Curso para Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco (IRBr). Ainda no âmbito da formação diplomática, concluiu, em 1990, o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD-IRBr) e, em 2003, o Curso de Altos Estudos (CAE-IRBr), quando defendeu a tese intitulada “Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena”.

Ingressou na carreira diplomática em 1981 no posto de Terceiro-Secretário. Passou a Segundo-Secretário em 1986 e a Primeiro-Secretário, em 1992. Ascendeu, por merecimento, em 1999 a Conselheiro; em 2006, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2010, a Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas na carreira, destaquem-se aqui as de Chefe da Divisão de Direitos Humanos, entre 1997 e 2000; Conselheiro na Embaixada em Santiago, de 2000 a 2003; Conselheiro na Embaixada em Berna, de 2003 a 2005; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política I, entre 2005 e 2008; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada do Panamá, de 2006 a 2007; Embaixador em Teerã, de 2008 a 2013; e Embaixador em Ancara, de 2013 até o presente.

O currículo registra ainda que, em 2010, o embaixador recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco do Governo brasileiro.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Federação da Rússia e sobre a República do Uzbequistão, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram uma maior aproximação. Após 1917,



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (1918-1945 e 1947-1961).

Em 1961, no Governo parlamentarista de Hermes Lima, e nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações se desenvolveram, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começou a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então Presidente José Sarney à URSS – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro –, em outubro de 1988.

Com o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo. Em janeiro de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um Presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o Presidente Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitry Medvedev esteve no Brasil, como Presidente, em dezembro de 2008. O ex-Presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel de destaque na criação do grupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também tem defendido maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (co-presidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo). Realizou-se, em Moscou, em setembro de 2015, a Sétima Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN). A reunião da CAN foi



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

precedida da nona Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia.

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS.

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, em que vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o Presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas oficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, a referendo do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que conta com 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX, entre 2006 e 2015 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia cresceu 6,8% passando de US\$ 4,386 bilhões para US\$ 4,685 bilhões. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Foram os seguintes os superávits brasileiros resultantes das trocas comerciais com a Rússia, no último triênio: US\$ 298,1 milhões (2013); US\$ 812,9 milhões (2014); US\$ 243,5 milhões (2015). Em 2015, a Rússia foi o 17º parceiro comercial do Brasil.



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

Sobre a República do Uzbequistão, consideramos relevante registrar o seguinte: o Uzbequistão é um país localizado na Ásia Central e uma das repúblicas que formavam a extinta União Soviética. Sem costa marítima, é limitado ao norte pelo Cazaquistão, a leste pelo Quirguistão e pelo Tajiquistão, ao sul pelo Afeganistão e o Turcomenistão e a oeste também pelo Turcomenistão. Além do território principal, inclui os enclaves de Sokh e de Jordan, no Quirguistão. Sua capital é a cidade de Tashkent.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve um aprofundamento do diálogo bilateral, com visitas de diversas autoridades, entre Embaixadores, Vice-Ministros, Ministros de Estado e, especialmente, a vinda ao Brasil do Presidente uzbeque Islam Karimov, em 2009. Naquela ocasião, foram assinados vários atos entre os dois países e entre algumas de suas instituições, a saber: os Acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação em Agricultura, de Cooperação Econômica e Comercial, de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Cooperação na Área do Esporte, de Cooperação Cultural, os Memorandos de Entendimento para Cooperação em Turismo, para a Promoção do Comércio e do Investimento, na Área de Recursos Minerais e sobre Consultas Políticas.

O sistema político vigente no Uzbequistão é centralizado e seu funcionamento tem por base a autoridade do líder nacional e a manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões. O Presidente Islam Karimov chegou ao poder ainda no período soviético (junho de 1989). Em fins de 1991, ano em que o país se tornou independente, o Partido Comunista uzbeque, dirigido por Karimov, foi renomeado Partido Popular Democrático do Uzbequistão. Por referendo de 1995, o mandato presidencial foi estendido até 2000. Naquele ano, Karimov venceu com ampla margem as eleições presidenciais, reelegendo-se em 2007 e 2015. Nas eleições de 2015, Karimov venceu com 90,4% dos votos. O Presidente havia sido autorizado a concorrer a um quarto mandato por emenda constitucional de 2011. Anteriormente, a Constituição uzbeque só permitia dois mandatos presidenciais consecutivos.

O Uzbequistão disputa com seus vizinhos o uso compartilhado dos recursos hídricos regionais. O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais. A Ásia Central vem sendo afetada pelo reescalonamento da presença dos EUA no Afeganistão, uma vez que as tropas norte-americanas reduziram-se de um pico de 140 mil homens, no auge das operações contra o terrorismo naquele país, para 14 mil, em 2015.



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

Acredita-se que o Uzbequistão continuará a desempenhar um papel importante em relação à estabilização do Afeganistão, devido à sua localização geográfica, como vizinho ao Norte, e suas preocupações sobre eventual penetração do extremismo islâmico pela fronteira porosa entre os dois países. O Presidente Karimov tem-se destacado na execução da estratégia de equilibrar as relações do país com as três principais potências que mais influenciam os acontecimentos na Ásia Central: os EUA, a Rússia e a China.

A política externa uzbeque é vista, muitas vezes, como oscilante, nas alianças com essas potências, a fim de maximizar os ganhos para o país. Exemplo recente foi o anúncio, em janeiro, de transferência de equipamento militar sobressalente dos EUA para o Uzbequistão, incluindo cerca de 300 veículos blindados resistentes a minas. Apenas um mês antes, Karimov garantira quase um bilhão de dólares em perdão de dívidas do Uzbequistão junto à Rússia, sem com isso comprometer-se com propostas para a adesão do país à União Eurasiática, como deseja Moscou. Em meados do ano passado, Karimov viajou a Pequim, onde reafirmou o objetivo de desenvolver uma parceria estratégica com os anfitriões e assinou acordos comerciais no valor de US\$ 6 bilhões.

A China é indubitavelmente a potência em ascensão para a região, na órbita da qual, progressivamente, deverá situar-se o projeto de desenvolvimento uzbeque. Isto ocorre, ao menos em parte, em prejuízo dos interesses russos, ainda que Moscou busque contrapor-se, no limite de suas possibilidades, a tal tendência. Essa transição de polos de atração para os quais está voltada a economia uzbeque é simbolizada pela exploração dos recursos de hidrocarbonetos do país. No início de fevereiro 2015, a gigante estatal russa Gazprom confirmou que irá reduzir suas importações de gás da Ásia Central, em resposta à menor demanda da Ucrânia e da União Europeia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

Senador Cristovam Buarque, Relator “Ad Hoc”